

A. QUESTÕES - TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL**1. (OAB/PE 2003.1 – Fundação VUNESP) Empresário é**

- a) quem faz da mercancia sua profissão habitual.
- b) a pessoa física ou jurídica que é sócia de uma empresa.
- c) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços.
- d) quem possui a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembléia geral dos acionistas e o poder de eleger a maioria dos administradores.

2. (OAB/PE 2003.2 – Fundação VUNESP) Qual das assertivas é correta?

- a) O novo Código Civil nada diz sobre os títulos de crédito.
- b) Desde a entrada em vigor do novo Código Civil, o Código Comercial encontra-se totalmente revogado.
- c) Títulos de crédito ao portador somente podem ser emitidos mediante autorização de lei especial.
- d) O novo Código Civil manteve a possibilidade de o empresário ser autorizado por seu pai a exercer o comércio a partir dos 18 anos.

3. (OAB/SC/04.2003) Analise as afirmativas abaixo: O advento do Código Civil/2002:

- I - Determina a revogação de todo o Código Comercial.
- II - Determina a revogação da primeira parte do Código Comercial (comércio em geral), permanecendo em vigor a segunda parte (comércio marítimo).
- III - Mantém integralmente em vigor o Código Comercial, regendo este as relações mercantis e, aquele, as relações civis.
- IV - Não revoga a legislação falimentar (Dec-lei n.º 7661/1945).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Somente a afirmativa II está correta.
- d) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

4. (OAB/MT/2.º/2003) Pelo novo Código Civil poderá NÃO ser considerado empresário as atividades de:

- a) Produção rural.
- b) Siderurgia.
- c) Construtoras.
- d) Incorporadoras de imóveis.

5. (125º OAB/SP - FCC) No regime do atual Código Civil, a caracterização de determinada atividade econômica como empresarial

- a) depende de expressa previsão legal ou regulamentar, devendo a atividade constar em relação previamente expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio.
- b) é feita mediante opção do empresário, que no momento do seu registro deverá declinar se sua atividade será empresarial, ou não.
- c) é aferida a *posteriori*, conforme seja a atividade efetivamente exercida em caráter profissional e organizado, ou

não.

- d) depende do ramo da atividade exercida pelo empresário, sendo empresarial a compra e venda de bens móveis e semoventes e não empresariais as demais atividades.

6. (OAB/GO/08.2003) A microempresa e a empresa de pequeno porte, obrigatoriamente, tem que manter dois livros, em boa ordem e guarda que são:

- a) Livros CAIXA e RAZÃO.
- b) Livros CAIXA e REGISTRO DE INVENTÁRIO.
- c) Livros DIÁRIO e CAIXA.
- d) Livros DIÁRIO e FORNECEDORES.

7. (OAB/ES 2004 - CESPE/UnB) Acerca da escrituração das sociedades empresárias, assinale a opção incorreta.

- a) Atualmente, o diário é o único livro empresarial comum obrigatório. Assim, os livros razão, caixa e estoque são facultativos.
- b) Se o administrador de determinada sociedade empresária, por esquecimento, se abster de efetuar a autenticação dos livros empresariais dessa sociedade, tal omissão resultará em impedimento legal para eventual pedido de concordata por parte da sociedade.
- c) À exceção das hipóteses expressamente previstas em lei, é vedado a juiz de direito ordenar diligência para constatar se determinada sociedade empresária observa a correta escrituração de seus livros empresariais.
- d) Em conformidade com as disposições do atual Código Civil, as microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas de manter escrituração fiscal e empresarial.

8. (122º/OAB/SP) Assinale a opção falsa.

- a) As três funções da escrituração são a gerencial, a documental e a fiscal.
- b) O contrato de compra e venda do complexo de bens materiais ou imateriais, organizado para o exercício da atividade econômica ou da empresa, denomina-se trespasse, que se confunde com a cessão de quotas sociais e com a alienação de controle de sociedade anônima.
- c) É comum a inserção, nos contratos de trespasse, de arrendamento e de usufruto do estabelecimento empresarial, de cláusula de não-restabelecimento desde que não proíba exploração de atividade não concorrente ou contenha restrição temporal ou territorial.
- d) O alienante do estabelecimento continuará, quanto aos créditos vencidos, responsável solidariamente, pelo prazo de um ano, contado da publicação do contrato de transferência, e quanto aos vincendos, por igual lapso temporal a partir da data de vencimento do título correspondente.

9. (OAB/SP/121.º) O estabelecimento:

- a) Não pode ser objeto unitário de direito e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos.
- b) Uma vez arrendado, tal ato negocial, *ipso iure*, produzirá efeitos em relação a terceiros.
- c) É elemento essencial à empresa, pois impossível é qualquer atividade empresarial sem que antes se o organize.
- d) Com o trespasse, não gera, para o adquirente, a responsabilidade pelo pagamento de dívidas pendentes, desde que regularmente contabilizadas.

10. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2004.2 – Fundação VUNESP) O estabelecimento empresarial

- a) corresponde ao conjunto de bens materiais organizados e explorados pelo empresário.
- b) é inalienável.
- c) pode ser desconcentrado em filiais.
- d) corresponde ao conjunto de bens incorpóreos organizados e explorados pelo empresário.

11. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) Na locação empresarial,

- a) o prazo da locação é desnecessário para a aquisição do direito de inerência ao ponto.
- b) o locador não pode pedir o imóvel, mesmo que tenha proposta de terceiro em melhores condições.
- c) a ação renovatória deve ser distribuída nos 6 meses posteriores ao final do contrato.
- d) o desenvolvimento da mesma atividade mercantil é considerado requisito essencial para a propositura da ação renovatória.

12. (OAB/SP/119.º) Não é condição para que o locatário tenha direito à renovação compulsória do contrato de locação não-residencial:

- a) Contrato escrito e por prazo determinado.
- b) Prazo do último contrato superior a cinco anos.
- c) Exercício da mesma atividade pelos últimos três anos.
- d) Propositura da ação renovatória no penúltimo semestre de vigência do contrato renovando.

13. (125.º OAB/SP - FCC) É característica do contrato de locação de espaço em *shopping centers* a

- a) inexistência do direito à renovação compulsória do contrato de locação.
- b) impossibilidade de o locador recusar a renovação com base no argumento de retomada do imóvel para uso próprio.
- c) inexistência de prazo decadencial para que o locatário ingresse com ação renovatória.
- d) impossibilidade de o contrato prorrogar-se automaticamente por prazo indeterminado, no caso de permanência do locatário no imóvel após o advento do termo contratual.

B. QUESTÕES - PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. (OAB/MG/03.2003) Considerando-se o que estabelecem as leis, é INCORRETO afirmar que:

- a) A invenção é passível de desapropriação.
- b) A Lei da Propriedade Industrial protege o título do estabelecimento comercial.
- c) A propriedade industrial é um dos ramos da propriedade intelectual.
- d) O direito de autor é um dos ramos da propriedade intelectual.

2. (OAB/SP/112.º) Poderão ser objeto de concessão de patentes:

- a) As marcas e os sinais distintivos.
- b) As marcas e as invenções.
- c) Os modelos de utilidade e os desenhos industriais.
- d) As invenções e os modelos de utilidade.

3. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) Assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de vigência da patente de modelo de utilidade não será inferior a 08 (oito) anos, a contar da data da concessão, ressalvada a hipótese do INPI estar impedido de proceder ao exame do mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.
- (B) A patente do modelo de utilidade vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data do depósito.
- (C) O prazo de vigência da patente de invenção não será inferior a 15 (quinze) anos, a contar da data da concessão, ressalvada a hipótese do INPI estar impedido de proceder ao exame do mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.
- (D) A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data do depósito.

4. (OAB/SC.04.2003) Analise as afirmativas abaixo:

- I - Através da licença, o titular (licenciador) da patente autoriza a exploração desta pelo licenciado, sem, no entanto, transferir-lhe a propriedade.
- II - A cessão da marca representa a autorização da sua exploração por terceiro (cessionário), sem, no entanto, transferir-se-lhe a propriedade.
- III - A licença da marca representa a transferência de sua titularidade ao licenciado.
- IV - A cessão da marca pode ser feita tanto pelo titular do registro, como pelo depositante do pedido de registro.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente a afirmativa II está correta.
- b) Somente a afirmativa I está correta.
- c) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Somente a afirmativa III está correta.

5. (OAB/SP/117.º) Uma das diferenças existentes entre o regime legal das marcas e o das patentes é o fato de:

- a) O direito ao uso da marca ser concedido em caráter exclusivo, o que não é deferido às patentes.
- b) A patente estar sujeita à caducidade pelo não uso, ao passo que a marca, não.
- c) O registro da marca poder ser prorrogado, enquanto o da patente, não.
- d) O uso da marca poder ser licenciado a terceiros, enquanto a exploração da patente é intransferível.

6. (OAB/SP/112.º) Assinale a alternativa que indica, corretamente, o(s) sinal(is) registrável(eis) como marca:

- a) Sinal ou expressão empregada apenas como meio de propaganda.
- b) Reprodução ou imitação de cunho oficial, regularmente adotado para garantia de padrão de qualquer gênero ou natureza.
- c) Sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais.
- d) Termos técnicos usados na indústria, na ciência e na arte, que tenham relação com o produto ou serviço a distinguir.

7. (OAB/SP/119.º) Não se compreende entre os direitos conferidos ao titular da marca:

- a) Licenciar o seu uso.
- b) Impedir a sua divulgação por comerciantes ou distribuidores.
- c) Impedir o seu uso não autorizado.
- d) Explorá-la de forma exclusiva.

8. (122º OAB/SP) Marca de certificação é

- a) a usada para identificação de produtos ou serviços provindos de membros de determinada entidade.
- b) a utilizada para distinção de produto ou serviço de outro idêntico.
- c) a usada para distinguir produto ou serviço semelhante ou afim, de origem diversa.
- d) a utilizada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com certas normas técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material usado e metodologia empregada.

9. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) O registro de marca

- a) poderá ser prorrogado uma vez após 10 anos da data da concessão do registro.
- b) não poderá ser prorrogado.
- c) poderá ser prorrogado, quando ocorrer a cessão ou a licença.
- d) poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 10 anos.

C. QUESTÕES – DIREITO SOCIETÁRIO

1. (OAB/PE 2004.1 – Fundação VUNESP) Poderão optar entre razão social e denominação as seguintes sociedades empresárias:

- a) as sociedades limitadas e sociedades por ações.
- b) as sociedades em comum e sociedades anônimas.
- c) as sociedades anônimas e as limitadas.
- d) as sociedades em comandita por ações e as sociedades limitadas.

2. (OAB/PE 2003.1 – Fundação VUNESP) Só podem ter denominação as sociedades

- a) em nome coletivo.
- b) limitadas.
- c) em comandita simples.
- d) anônimas.

3. (125.º OAB/SP - FCC) Se os sócios não registram o ato constitutivo de sociedade empresária da qual façam parte,

- a) a sociedade é considerada regular para todos os efeitos, inclusive em suas relações com terceiros.
- b) o sócio que praticar algum ato em nome da sociedade será pessoalmente responsável, não podendo usufruir do benefício de ordem.
- c) a personalidade jurídica da sociedade estará resguardada, assim como a sua autonomia patrimonial em relação ao patrimônio dos sócios.
- d) todos os sócios são pessoalmente responsáveis pelos atos praticados em nome da sociedade, solidariamente entre si e subsidiariamente em relação à sociedade.

4. (OAB/SP/121.º) Sociedade entre cônjuges é permitida desde que estejam casados sob o regime de:

- a) Comunhão parcial ou comunhão universal de bens.
- b) Comunhão universal de bens, participação final nos aqüestos ou separação convencional.
- c) Separação convencional de bens, comunhão parcial ou de participação final nos aqüestos.
- d) Separação de bens obrigatória, separação convencional de bens ou comunhão universal de bens.

5. (OAB/PE 2003.2 – Fundação VUNESP) Escolha a opção que seja correta.

- a) Numa sociedade limitada, se os sócios são casados entre si ou com terceiros, é totalmente irrelevante o regime de casamento.
- b) Desde a entrada em vigor do novo Código Civil, todas as sociedades limitadas deverão ter um conselho fiscal.
- c) O novo Código Civil, apesar de ter mantido a sociedade em nome coletivo, não se refere à sociedade de capital e indústria.
- d) A sociedade em conta de participação foi inserida entre as sociedades personificadas.

6. (OAB/ES 2004 - CESPE/UnB) Acerca do direito de empresa, assinale a opção correta.

- a) Considere que, em 05.04.2004, Alessandra e Cristine decidiram formar determinada sociedade, cujos atos constitutivos só foram inscritos no registro próprio em 06.07.2004. Nesse caso, durante o período compreendido entre 05.04.2004 e 06.07.2004, a sociedade não possuiu personalidade jurídica.
- b) Considere que Joana e Márcia sejam sócias da sociedade empresária Elite Segurança Ltda. Nessa situação, Joana e Márcia são consideradas empresárias, conforme disposições do Código Civil.
- c) Não há impedimento legal à contratação de sociedade empresária entre cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens.
- d) A sociedade que, no exercício de atividade de natureza científica, produza bens e serviços de consumo é considerada empresária, em conformidade com o atual ordenamento civil.

7. (OAB/SP/121.º) Independente do seu objeto, considera-se empresária a:

- a) Sociedade por ações.
- b) Sociedade por ações e a cooperativa.
- c) Cooperativa.
- d) Sociedade simples personificada.

8. (OAB/MG dezembro - 2004) Com relação às sociedades, assinale a alternativa VERDADEIRA:

- a) A sociedade simples é identificada por sua razão social, que será constituída pelo nome de um de seus sócios administradores.
- b) A cooperativa se equipara à sociedade empresária, para fins de aplicação subsidiária da legislação.
- c) A sociedade em comandita simples será regida supletivamente pela Lei 6.404 - Lei de Sociedades Anônimas.
- d) A sociedade limitada poderá, dentro de prazo limitado, funcionar com apenas um sócio.

9. (122º OAB/SP) Na sociedade em comum, os sócios, em regra,

- a) não respondem pelas dívidas sociais.
- b) respondem solidariamente com a sociedade pelas dívidas sociais.
- c) respondem pelas dívidas sociais até o montante de sua participação no capital.
- d) respondem pelas dívidas sociais solidariamente entre si e subsidiariamente em relação à sociedade.

10. (OAB/PE 2003.1 – Fundação VUNESP) Só pode haver assembléia geral de sócios nas sociedades

- a) empresárias.
- b) anônimas.
- c) limitadas, anônimas e em comandita por ações.
- d) anônimas e comanditas por ações.

11. (OAB/SP/121.º) É sociedade não-personificada a:

- a) Cooperativa.
- b) Sociedade em nome coletivo.
- c) Sociedade em conta de participação.
- d) Sociedade em comandita por ações.

12. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) O sócio de uma sociedade simples que

- (A) ceder suas quotas, responde, por dois anos, depois de averbada a modificação do contrato, solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- (B) ceder parte ou totalidade de suas quotas, poderá fazê-lo sem o consentimento dos demais sócios, desde que tenha participação majoritária no capital social.
- (C) contribuir com seus serviços à sociedade, pode empregar-se em atividade estranha à mesma, independentemente de convenção no contrato social, desde que avise os demais sócios.
- (D) vier a ser admitido em sociedade já constituída, exime-se das dívidas sociais anteriores à admissão.

13. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) Assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) É livre a cessão de quotas de capital se não houver oposição de titulares de mais de ¼ (um quarto) do capital social.
- (B) O uso da firma ou denominação social é privativa dos administradores que tenham os necessários poderes, bem como dos sócios titulares da maioria das quotas que compõem o capital social.
- (C) A existência de conselho fiscal é facultativo nas sociedades empresárias e obrigatória nas sociedades por ações de capital aberto.
- (D) A destituição do administrador de sociedade empresária exige a deliberação de sócios cujos votos representem mais da metade do capital social.

14. (OAB/SP/121.º) A dissolução parcial da sociedade dar-se-á:

- a) Se houver substituição do sócio falecido, em razão de acordo entre seus herdeiros e demais sócios.
- b) Se os sócios remanescentes providenciarem a liquidação da quota do sócio falecido, após balanço especial para apuração dos seus haveres, cujo valor será entregue aos seus sucessores.
- c) Se houver cláusula no pacto social deliberando que os sucessores do sócio morto ingressarão na sociedade, fazendo jus à quota societária do *de cuius*, que lhes será adjudicada.
- d) Se houver entrega de quota societária ao consorte-meeiro e aos sucessores do sócio falecido.

15. (1252 OAB/SP - FCC) Resolvendo-se o vínculo de um sócio com a sociedade empresária de que faz parte, e não havendo previsão contratual a respeito, seus haveres sociais serão pagos de acordo com o critério do valor

- a) patrimonial de suas quotas na data da resolução, apurado em balanço especial.
- b) econômico de suas quotas à data da resolução, conforme a cotação em bolsa de valores.
- c) patrimonial de suas quotas na data do efetivo pagamento, apurado em perícia judicial.
- d) econômico de suas quotas na data do efetivo pagamento, apurado em balanço especial.

16. (122º OAB/SP) A dissolução judicial da sociedade simples pode ser requerida por qualquer sócio quando houver

- a) nulidade absoluta do contrato social e não consecução do fim social.
- b) anulação de sua constituição, exaurimento do fim social ou inexecutabilidade do objetivo comum.
- c) ilicitude de sua atividade, consecução e exequibilidade do fim social.
- d) exequibilidade do objetivo comum, anulação de sua constituição e possibilidade de exaustão do fim social.

17. (OAB/MG dezembro - 2004) Com relação às Sociedades Limitadas, assinale a alternativa VERDADEIRA

- a) As deliberações dos sócios devem ser tomadas em assembléia, se a sociedade tiver mais de 10 (dez) sócios.
- b) No silêncio do contrato social, regem-se supletivamente pelas normas das sociedades anônimas.
- c) Terão, obrigatoriamente, conselho fiscal.
- d) Seus administradores devem ser sócios.

18. (OAB/ES 2004 - CESPE/UnB) Quanto às sociedades limitadas, assinale a opção incorreta.

- a) Considere que Antônio e Francisco sejam sócios de determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Nessa sociedade, o capital social é de R\$400.000,00 e cada sócio subscreveu uma cota de R\$200.000,00. Antônio integralizou sua cota, mas Francisco tornou-se inadimplente e não dispõe de recursos pecuniários para solver sua dívida com a sociedade. Em face dessa situação, Antônio deverá arcar com a integralização da cota subscrita por Francisco.
- b) O capital social de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais.
- c) Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o capital social pode ser majorado após a integralização das quotas, sendo desnecessária qualquer alteração no ato constitutivo da sociedade.
- d) Considere a seguinte situação hipotética. Felipe, Ricardo e Pablo são sócios de determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada e, mesmo na ausência de disposição em contrato social nesse sentido, Felipe deseja ceder a totalidade de suas quotas a Pablo. Nessa situação, o ato de cessão entre Felipe e Pablo independe da audiência de Ricardo.

19. (OAB/PE 2004.1 – Fundação VUNESP) No que pertine à administração das sociedades limitadas e à responsabilidade de seus sócios, é ERRADO afirmar que

- a) a partir do novo código civil as sociedades limitadas poderão ser administradas não só por um gerente sócio, mas também por um não sócio, desde que, neste caso, estando o capital totalmente integralizado, dois terços dos sócios concordem com a escolha.
- b) sempre que a sociedade contar com mais de dez quotistas deverão as deliberações ser tomadas em assembléia de sócios.
- c) no caso de o capital social não estar totalmente integralizado, somente responderão pelo que faltar os sócios remissos.
- d) os sócios passam a responder limitadamente não mais pelo total do capital social, mas tão-somente pelo seu quinhão social, no entanto, não havendo integralização do capital social, responderão todos solidariamente pelo que faltar.

20. (125º OAB/SP - FCC) O administrador das sociedades limitadas pode ser nomeado no contrato social ou por ato separado. Uma das conseqüências dessa distinção é que o administrador nomeado em contrato

- a) Deve ser sócio.
- b) tem poderes irrevogáveis.
- c) depende de *quorum* de nomeação diferenciado.
- d) prescinde de autorização dos sócios para a prática de atos.

21. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) As deliberações dos sócios que visem modificar o contrato social nas sociedades limitadas serão tomadas, em regra,

- a) por 1/4 do capital social.
- b) por 2/4 do capital social.
- c) por 3/4 do capital social.
- d) pela totalidade do capital social.

22. (OAB/MG dezembro - 2004) Com relação às Sociedades Limitadas, assinale a alternativa VERDADEIRA:

- a) As deliberações dos sócios devem ser tomadas em assembléia, se a sociedade tiver mais de 10 (dez) sócios.
- b) No silêncio do contrato social, regem-se supletivamente pelas normas das sociedades anônimas.
- c) Terão, obrigatoriamente, conselho fiscal.
- d) Seus administradores devem ser sócios.

23. (OAB/PE 2003.2 – Fundação VUNESP) Qual das assertivas está correta?

- a) Com a alteração da Lei das S/A, empreendida em 2001, as ações de fruição não mais podem ser criadas.
- b) O Brasil prevê a possibilidade de serem emitidas *golden shares*.
- c) Toda sociedade anônima precisa, obrigatoriamente, ter um conselho de administração.
- d) Não há limites para emissão de ações preferenciais do sem direito a voto.

24. (OAB/MG dezembro - 2004) São características das Sociedades Anônimas,

EXCETO:

- a) A responsabilidade do acionista é limitada ao preço de emissão de suas ações, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) A sua administração pode ser dividida entre a diretoria e o Conselho de Administração, sendo este último órgão facultativo nas companhias fechadas.
- c) O seu conselho fiscal pode funcionar em caráter permanente ou não.
- d) O seu capital pode ser dividido em ações com ou sem valor nominal.

25. (122º OAB/SP) Devem obrigatoriamente possuir Conselho de Administração as sociedades anônimas

- a) abertas, fechadas e mistas.
- b) de economia mista e de capital autorizado.
- c) abertas e em comandita por ações.
- d) sujeitas à autorização governamental e às instituições financeiras.

26. (122º OAB/SP) Diferentemente das demais sociedades anônimas, aquelas que exercem atividade autorizada de instituição financeira devem

- a) possuir conselho de administração.
- b) ser de capital aberto.
- c) distribuir obrigatoriamente dividendo mínimo aos seus acionistas, consistente em 50% do lucro líquido do exercício.
- d) ter integralizado, no momento da constituição, 50% de seu capital inicial em moeda corrente.

27. (OAB/SP 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) Na constituição de uma Instituição Financeira, é obrigatória a realização, como entrada, de

- a) 10%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.
- b) 25%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.
- c) 40%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.
- d) 50%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

28. (122º OAB/SP) O mercado de capitais primário

- a) abrange operação de compra e venda de ação, ou seja, a negociação feita pelo dono de uma participação societária.
- b) não admite emissão pública de valores mobiliários, nem sua alienação.
- c) visa à alienação de uma ação, transferindo-a do patrimônio do primeiro acionista para o do segundo.
- d) compreende as operações de subscrição de ações e de outros valores mobiliários, sendo um negócio entre a companhia emissora e o investidor.

29. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2004.2 – Fundação VUNESP) As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em

- a) prioridade no reembolso de capital, com prêmio ou sem ele.
- b) direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos de controle.
- c) concessão de direitos de fiscalização da companhia.
- d) participação no Conselho de Administração.

30. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) Que títulos conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais?

- a) Debêntures.
- b) Bônus de subscrição.
- c) Notas promissórias.
- d) Partes beneficiárias.

31. (125º OAB/SP - FCC) A Assembléia Geral Extraordinária da Companhia Brasileira de Secos e Molhados, sociedade anônima fechada, deliberou a mudança de seu objeto social. Merovides, acionista detentor de 10 % (dez por cento) de ações preferenciais sem direito de voto, não compareceu à assembléia da alteração. Merovides

- a) não poderá exercer o direito de retirada.
- b) poderá exercer o direito de retirada.
- c) só poderá exercer o direito de retirada se tivesse comparecido à assembléia.
- d) só poderia exercer o direito de retirada se a companhia fosse aberta.

32. (OAB/ES 2004 - CESPE/UnB) A sociedade anônima ou companhia é pessoa jurídica de direito privado, de natureza eminentemente mercantil, em que o capital se divide em ações de igual valor nominal, quando assim emitidas, ou sem valor nominal, ações essas de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade dos subscritores e dos acionistas que nela posteriormente ingressarem ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas. Modesto Carvalhosa. *Comentários ao Código Civil. Parte especial: do direito de*

empresa. São Paulo: Saraiva, 2003, v. XIII, p. 365-366 (com adaptações). Tomando o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta quanto às sociedades anônimas.

- a) A razão social é a forma de designar a sociedade anônima e deve ser acompanhada da expressão "companhia" ou "sociedade anônima".
- b) Se os sócios de determinada sociedade anônima convocarem assembléia geral da qual resultem deliberações contrárias ao estatuto social da companhia, a ação para a anulação dessas deliberações prescreverá em dois anos, contados da data da assembléia.
- c) Considere a seguinte situação hipotética. Daniel foi nomeado administrador de uma sociedade anônima que, durante sua gestão, sofreu prejuízos de ordem patrimonial. Nessa situação, Daniel será pessoalmente responsável pelos prejuízos causados à sociedade anônima, mesmo que tenha agido nos limites da lei e do estatuto social.
- d) As ações da sociedade anônima são classificadas em nominativas, endossáveis, ao portador ou escriturais.

33. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) Nas sociedades anônimas, as assembléias gerais

- a) são formadas por todos os acionistas.
- b) possuem poderes para deliberar sobre qualquer assunto de interesse da companhia.
- c) são subordinadas ao Conselho de Administração.
- d) possuem poderes para deliberar apenas sobre as matérias determinadas no estatuto social.

34. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) Assinale a afirmativa correta.

- (A) Os membros do conselho de administração de uma sociedade por ações, até o máximo de $\frac{1}{4}$ (um quarto), poderão ser eleitos para cargos de diretoria.
- (B) A citação de acionista estrangeiro será feita no território brasileiro apenas quando o seu mandatário tiver expressos poderes para tanto.
- (C) Os acordos de acionistas somente serão oponíveis a terceiros quando arquivados no registro de comércio.
- (D) O direito de voto de uma ação de sociedade anônima, gravada com usufruto, quando não regulado no ato de constituição do gravame, somente poderá ser exercido mediante prévio acordo entre o proprietário e o usufrutuário.

35. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2004.2 – Fundação VUNESP) O acionista controlador

- a) deve ser uma pessoa jurídica.
- b) poderá efetivamente usar ou não seu poder de controle para dirigir as atividades sociais.
- c) poderá ser um grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto.
- d) será necessariamente o acionista com o maior número de ações da companhia.

36. (OAB/SP 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) O exercício do direito de retirada de sociedade anônima assiste ao acionista que discordar

- a) da condução dos negócios sociais.
- b) de qualquer deliberação da assembléia geral.
- c) do critério estabelecido de distribuição de dividendos não obrigatórios.
- d) da alteração do objeto social.

37. (OAB/SP 119º - Fundação VUNESP) Relativamente às sociedades anônimas, é incorreto afirmar que

- a) o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 membros, eleitos pela assembléia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.
- b) a diretoria será composta por 2 ou mais diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.
- c) o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 e, no máximo, 5 membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembléia geral.
- d) a administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao Conselho de Administração e à diretoria, ou somente à diretoria.

38. (OAB/SP 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) Consideram-se coligadas duas sociedades quando

- a) uma é controladora da outra.
- b) uma participa com 10% ou mais do capital da outra, sem controlá-la.
- c) ambas são controladas pela mesma pessoa.
- d) possuem os mesmos sócios, ainda que com participações societárias diferentes.

D. QUESTÕES - TÍTULOS DE CRÉDITO

1. (OAB/MG/03.2003) Entre as características principais dos títulos de crédito, NÃO se inclui a:

- a) Abstração.
- b) Incorporação.
- c) Literalidade.
- d) Personalização.

2. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2004.2 – Fundação VUNESP) São princípios cambiários:

- a) cartularidade, unicidade e transmissibilidade.
- b) registrabilidade, autonomia e unicidade.
- c) registrabilidade, literalidade e transmissibilidade.
- d) cartularidade, autonomia e literalidade.

3. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) A utilização dos avanços dos meios de escrituração eletrônica comprometem diretamente a aplicação do Princípio Cambiário da

- a) Autonomia.
- b) Independência.
- c) Cartularidade.
- d) Força vinculante.

4. (OAB/RN/08-2003) Qual das assertivas é correta?

- a) O novo Código Civil nada diz sobre os títulos de crédito.
- b) Desde a entrada em vigor do novo Código Civil, o Código Comercial encontra-se totalmente revogado.
- c) Títulos de crédito ao portador somente podem ser emitidos mediante autorização de lei especial.
- d) O novo Código Civil manteve a possibilidade de o empresário ser autorizado por seu pai a exercer o comércio a partir dos 18 anos.

5. (125º OAB/SP - FCC) São títulos de crédito que contêm ordem de pagamento:

- a) nota promissória e duplicata.
- b) *warrant* e partes beneficiárias.
- c) nota promissória e debêntures.
- d) letra de câmbio e duplicata.

6. (OAB/MG dezembro - 2004) Sobre o endosso, é CORRETO afirmar que:

- a) Se o endosso for em branco, o portador pode transformá-lo em endosso em preto.
- b) Pelo endosso-mandato, o portador pode exercer todos os direitos emergentes da letra, inclusive ceder integralmente o crédito.
- c) O endosso parcial é válido, desde que ciente o endossatário.
- d) O endossante, regra geral, não garante o pagamento da letra de câmbio.

7. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) O cheque emitido na mesma praça deverá ser apresentado para pagamento no prazo de

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.

8. (OAB/PE 2004.1 – Fundação VUNESP) Sobre os títulos de crédito, é CORRETO afirmar que

- a) o portador que não apresentar o cheque em 30 dias, quando emitido na mesma praça, ou em 60 dias, em praças diversas, ou não comprovar a recusa de pagamento, perde o direito de execução contra o sacador, se este tinha fundos disponíveis durante todo o prazo de apresentação e os deixou de ter, em razão de fato que não lhe seja imputável.
- b) o protesto para a execução singular ou coletiva do cheque é facultativo, podendo ser o mesmo substituído por declaração do banco de insuficiência de fundos.
- c) sempre que o cheque pós-datado for apresentado antes da data nele consignada será pago pelo banco, desde que haja fundos para tanto, entretanto, os prazos prescricionais somente correrão a contar da data futura aposta no cheque.
- d) mesmo após o novo Código Civil, são admissíveis o aval parcial e o endosso tardio.

9. (OAB/PE 2003.1 – Fundação VUNESP) A não apresentação do cheque no prazo legal implica a

- a) impossibilidade de sua cobrança.
- b) impossibilidade de sua cobrança aos coobrigados.
- c) impossibilidade de sua cobrança por rito executivo.
- d) sua prescrição.

10. (OAB/SP/121.º) O portador do cheque pode promover-lhe execução contra os endossantes e seus avalistas se ele:

- a) Não for apresentado em tempo hábil, e sem comprovação da recusa do seu pagamento.
- b) For apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento for comprovada pela declaração do sacado, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de apresentação.
- c) For apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento for comprovada por declaração do emitente, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de pagamento.
- d) For apresentado em qualquer tempo e a recusa do pagamento for comprovada pelo protesto contra o cessionário.

11. (OAB/SP/120.º) Segundo a legislação brasileira, a prescrição do direito de execução do cheque se dá:

- a) Em 6 meses, contados da expiração do prazo de apresentação do cheque.
- b) Em 6 meses, contados da data de emissão do cheque.
- c) Em 6 meses, contados da data de vencimento do cheque.
- d) Em 6 ou 7 meses, respectivamente, se for da mesma praça ou de praça diferente, contados da data de emissão do cheque.

12. (OAB/ES 2004 - CESPE/UnB) Acerca do instituto dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- a) Considerando situação hipotética em que Armando e Batista tenham firmado contrato de compra e venda, no qual Batista, comprador, tenha emitido cédula de cheque para pagamento da dívida contraída, o título de crédito emitido representa a própria obrigação contraída e com ela se confunde.
- b) Considere a seguinte situação hipotética. João solicitou a José, colega de trabalho, empréstimo de R\$ 8.500,00 e, para garantir o pagamento da dívida, entregou a este um cheque representativo do valor emprestado. Passado o período estipulado para o pagamento, José procurou João para receber a importância devida e, nesse momento, comunicou ao colega que havia perdido o cheque, do qual possuía cópia. Diante desse fato, João recusou-se a efetuar o pagamento e manifestou-se no sentido de que não pretendia pagar, mesmo que José possuísse o referido título. Nessa situação, José poderá ajuizar ação de execução contra João, utilizando-se da cópia do cheque emitido para saldar a dívida.
- c) Em conformidade com o atual ordenamento civil, os títulos de crédito podem ser emitidos em computador.
- d) Considere a seguinte situação hipotética. Pedro pretende transferir a outrem, por endosso, a propriedade de uma nota promissória representativa da importância de R\$ 15.000,00. Nessa situação, Pedro poderá efetuar a transferência do título por meio de contrato escrito, devidamente registrado em cartório.

13. (OAB/ES 2004 – CESPE/UnB) Cada uma das opções a seguir, referentes ao cheque e à nota promissória, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja incorreta.

- a) Uma compradora, no ato de pagamento de mercadorias que selecionara em loja de roupas femininas, preencheu cédula de cheque e a entregou ao caixa da loja. Contudo, o caixa recusou-se a receber o título de crédito, por desconhecer o banco sacado. Nessa situação, o caixa da loja não praticou ilícito.
- b) Mauro efetuou contrato de compra e venda com Marcelo e, para o pagamento previsto no contrato, emitiu cédula de cheque no valor de R\$ 550,00. Nessa situação, deve constar do título de crédito, por determinação legal, o nome do respectivo beneficiário, ou seja, Marcelo.
- c) Por força de contrato firmado entre particulares, foram emitidas várias notas promissórias. Considerando que o portador dos referidos títulos decidiu transferir a titularidade destes por endosso, após endossados, estes passam a representar dívidas autônomas.
- d) Ana firmou contrato de abertura de crédito com determinada instituição bancária e, para garantir o cumprimento das obrigações contraídas, emitiu uma nota promissória. Nessa situação, a nota promissória é considerada título de crédito, com todas as características inerentes a quaisquer títulos dessa natureza, ou seja, literalidade, cartularidade e autonomia.

14. (OAB/PE 2003.1 – Fundação VUNESP) A duplicata pode ser emitida

- a) livremente, por qualquer empresário.
- b) em contrato de transporte de mercadorias.
- c) por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central.
- d) nos contratos de prestação de serviço.

15. (OAB/MG dezembro - 2004) Com relação à duplicata, é CORRETO afirmar:

- a) Se protestada por falta de aceite e desacompanhada de comprovante de entrega das mercadorias, prescreve em 3 (três) anos a ação executiva contra o emitente.
- b) Prescreve a ação executiva contra o sacado e respectivos avalistas em 3 (três) anos, a contar da data da emissão do título.
- c) Prescreve a ação executiva contra o sacado e respectivos avalistas em 3 (três) anos, a contar da data do vencimento do título.
- d) Se protestada por falta de aceite, porém acompanhada de comprovante de entrega das mercadorias, prescreve em 1 (um) ano a ação executiva contra o sacado.

16. (OAB/MG dezembro - 2004) A duplicata não aceita, acompanhada de comprovante de entrega assinado por preposto da sociedade empresária que recebe as mercadorias no estabelecimento, é título executivo extrajudicial

- a) Correto, desde que esse título também seja protestado para suprir o aceite.
- b) Errado, pois o contrato social deve autorizar o preposto a receber mercadorias e assinar documentos em nome da sociedade.
- c) Correto, pois o aceite estará suprido desde que o credor apresente o comprovante de entrega de mercadorias assinado pelo preposto.
- d) Errado, pois o preposto não pode representar a sociedade e, portanto, estará se obrigando pessoalmente quando recebe as mercadorias e assina o seu recebimento.

17. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) A duplicata é um título de crédito

- (A) sem natureza causal, podendo ser emitida independentemente de uma fatura.
- (B) de natureza causal porque decorre da existência de uma fatura emitida em virtude de uma compra e venda mercantil ou de uma prestação de serviços.
- (C) de natureza causal porque decorre da existência de uma fatura emitida em virtude de uma compra e venda mercantil ou de uma prestação de serviços, cuja cobrança contra o sacado prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data do vencimento do título.
- (D) sem natureza causal, podendo ser emitida independentemente de uma fatura, cuja cobrança contra o avalista e seus endossantes prescreve em 03 (três) anos, contados da data do protesto.

E. QUESTÕES - CONTRATOS MERCANTIS**1. (OAB/PE 2003.1 – Fundação VUNESP) Na compra e venda com reserva de domínio,**

- a) o vendedor só transfere ao comprador o domínio resolúvel da coisa.
- b) o domínio da coisa só é transferido ao comprador após o pagamento integral do preço.
- c) o comprador só firma o contrato de compra e venda após ter feito a reserva do seu domínio nos termos da lei.
- d) só é possível quando há reserva de mercado do produto.

2. (OAB/PE 2003.1 – Fundação VUNESP) Assinale a alternativa incorreta.

- a) Não pode haver relação de emprego entre o franqueador e o franqueado.
- b) No *leasing*, é concedida ao arrendatário, findo o prazo do arrendamento, a opção de compra da coisa arrendada.
- c) Na comissão, o comissário adquire ou vende bens em seu próprio nome, à conta do comitente.
- d) Na compra e venda realizada à vista de amostras, protótipos ou modelos entende-se que o vendedor não assegura ter a coisa as qualidades que a elas correspondem.

3. (125º OAB/SP - FCC) Alberto celebrou contrato de representação comercial com Bernardo, obrigando-se a agenciar produtos deste. Em determinado mês, Alberto encaminhou a Bernardo pedidos totalizando R\$100.000,00 (cem mil reais), porém Bernardo recusou o atendimento à metade desses pedidos. Bernardo encaminhou a justificativa de recusa a Alberto no prazo de 15 (quinze) dias. Nessa situação, supondo-se que o contrato é omissivo a respeito, Bernardo, quanto à comissão sobre os pedidos recusados,

- a) terá direito porque Alberto não tem o direito de recusar pedidos.
- b) terá direito porque Alberto deveria tê-lo feito imediatamente.
- c) terá direito porque Alberto apenas poderá recusar pedidos se houver previsão contratual.
- d) não terá direito.

4. (OAB/SP/121.º) Representação comercial é contrato em que:

- a) O fabricante, oferecendo vantagem especial, compromete-se a vender, continuamente, seus produtos ao distribuidor, para revenda em zona determinada.
- b) A pessoa adquire ou vende bens, em seu próprio nome e responsabilidade, mas por ordem e por conta de outrem, em troca de certa remuneração, obrigando-se para com terceiros com quem contrata.
- c) Se tem uma representação indireta, por haver promessa de venda e revenda.
- d) A pessoa se obriga, mediante retribuição, a realizar certos negócios, em zona determinada, com caráter de habitualidade, em favor e por conta de outrem, sem subordinação hierárquica.

5. (OAB/SP/121.º) Se empresa proprietária de certo bem vier a vendê-lo ou aliená-lo em dação em pagamento a outra que, ao adquiri-lo, imediatamente o arrenda à alienante, ter-se-á:

- a) *Leasing* de retorno.
- b) *Renting*.
- c) *Leasing* operacional.
- d) *Leasing* financeiro.

6. (OAB/SP/121.º) A alienação fiduciária em garantia de coisa móvel transfere:

- a) Ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta de coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem móvel.
- b) Ao devedor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem móvel.
- c) Ao credor o domínio resolúvel e a posse direta da coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem móvel.
- d) Ao credor o domínio e a posse plena da coisa móvel alienada com a tradição efetiva do bem móvel.

7. (OAB/PR/O8.2003) Sobre o contrato de concessão comercial celebrado entre fabricante e distribuidor de veículos, é correto afirmar:

- a) O contrato de concessão comercial, via de regra, não abrange o uso gratuito da marca do fabricante, como elemento de identificação.
- b) É nula a cláusula constante de contrato de concessão comercial que vede ao distribuidor a comercialização de veículos novos fabricados ou fornecidos por outro fabricante do mesmo ramo.
- c) O fabricante não poderá efetuar vendas diretas, sem a participação do distribuidor, para órgãos da administração pública, direta ou indireta.
- d) No caso de contrato por prazo determinado, é facultado ao fabricante não renovar o prazo de vigência originariamente pactuado; desde que notifique o distribuidor com antecedência não inferior a 180 dias, hipótese em que ficará exonerado da obrigação de readquirir o estoque de veículos e componentes novos em poder do distribuidor.

8. (OAB/SP/120.º) Assinale a opção falsa:

- a) O contrato de representação comercial pertence ao gênero *contratos de intermediação*, do qual o mais peculiar é a corretagem, com o qual não se confunde, visto que enquanto a corretagem é uma atividade eventual em relação ao comitente, agindo o corretor no interesse das duas partes, o representante comercial age permanente, profissional e habitualmente em prol da empresa representada.
- b) O contrato de distribuição é o acordo em que o fabricante, oferecendo vantagens especiais, compromete-se a vender continuamente seus produtos ao distribuidor, para revenda em zona determinada.
- c) O representado não pode constituir, ao mesmo tempo, mais de um agente na mesma zona, com idêntica incumbência, salvo estipulação em contrário.
- d) O representante comercial pode, desde que exerça diligentemente sua atividade, afastar-se das instruções do representado sobre condições de venda e fixação do preço das mercadorias.

9. (OAB/SP/120.º) O *factoring* apresenta-se como uma técnica financeira e de gestão comercial e é contrato que se liga à emissão e transferência de faturas. Se as faturas cedidas forem liquidadas pelo faturizador antes do vencimento, ter-se-á:

- a) Mera cessão de crédito.
- b) Comissão.
- c) Faturização no vencimento.
- d) Faturização tradicional.

10. (OAB/SP/119.º) Entende-se por cláusula *del credere* aquela que:

- a) Impõe ao comissário mercantil ou ao representante comercial responsabilidade solidária pela solvência daqueles com quem tratou.
- b) Determina a prestação de contas periódicas pelo mandatário comercial ao mandante.
- c) Permite ao comprador, em determinado prazo após a entrega da mercadoria, arrepender-se do negócio e reaver o preço pago.
- d) Isenta o sócio gerente de sociedade comercial da prestação de caução.

11. (OAB/SP/119.º) A celebração de contrato de franquia, sem que tenha sido entregue ao franqueado a respectiva circular de oferta:

- a) É mera irregularidade que não confere direitos adicionais ao franqueado.
- b) Permite a anulação do contrato, sem devolução dos valores pagos pelo franqueado.
- c) Dá ao franqueado direito ao recebimento de perdas e danos, sem anular o contrato.
- d) Permite a anulação do contrato, com devolução dos valores pagos pelo franqueado.

12. (OAB/SP/118.º) Se o contrato for omissivo a respeito, o representante comercial tem direito:

- a) Ao recebimento de comissão em valor equivalente a 5% das vendas efetuadas.
- b) À exclusividade na sua área de atuação.
- c) Ao ressarcimento, pelo representado, das despesas incorridas no desempenho de sua atividade.
- d) À indenização correspondente a 1/12 (um doze avos) do total das comissões auferidas, em caso de rescisão do contrato sem causa justificada.

13. (OAB/ES 2004 – CESPE/UnB) Cada uma das opções abaixo, referentes a contratos empresariais, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja incorreta.

- a) Marta firmou contrato de alienação fiduciária em garantia com determinada instituição financeira. Nessa situação, caso Marta se torne inadimplente, a instituição financeira está obrigada a promover ação de cobrança e a requerer a venda do bem alienado em leilão.
- b) Laura e Bernardo decidiram firmar contrato de representação comercial. Nessa situação, tal contrato deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do local em que será exercida a representação.
- c) Joaquim firmou contrato de franquia com determinada sociedade empresária. Nessa situação, esse contrato terá validade independentemente de registro em cartório de registros públicos.
- d) Adalberto celebrou com Bento contrato de comissão. Bento, no exercício regular de suas atribuições de comissário, firmou contrato com Célio, o qual se tornou inadimplente. Nessa situação, Bento não responderá pela inadimplência de Célio.

14. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) O contrato que tem por objeto a aquisição ou a venda de bens, em nome próprio, à conta de outro, denomina-se

- a) comissão.
- b) agência.
- c) franquia.
- d) concessão mercantil.

15. (OAB/SP 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) Entende-se por cláusula *del credere* aquela que

- a) impõe ao comissário mercantil ou ao representante comercial responsabilidade solidária pela solvência daqueles com quem tratou.
- b) determina a prestação de contas periódicas pelo mandatário comercial ao mandante.
- c) permite ao comprador, em determinado prazo após a entrega da mercadoria, arrepender-se do negócio e reaver o preço pago.
- d) isenta o sócio gerente de sociedade comercial da prestação de caução.

16. (OAB/SP 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) A celebração de contrato de franquia, sem que tenha sido entregue ao franqueado a respectiva circular de oferta,

- a) é mera irregularidade que não confere direitos adicionais ao franqueado.
- b) permite a anulação do contrato, sem devolução dos valores pagos pelo franqueado.
- c) dá ao franqueado direito ao recebimento de perdas e danos, sem anular o contrato.
- d) permite a anulação do contrato, com devolução dos valores pagos pelo franqueado.

17. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) O contrato de franquia deve ser escrito e assinado na presença de duas testemunhas,

- (A) dispensando o seu registro.
- (B) sendo obrigatório o seu registro perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- (C) dispensado o seu registro e, facultativamente, precedido da Circular de Oferta de Franquia.
- (D) podendo ser dispensada a Circular de Oferta de Franquia, desde que tal condição esteja expressamente ajustada.

F) QUESTÕES – DIREITO FALIMENTAR E RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL

1. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2004.2 – Fundação VUNESP) O pedido de restituição na falência pode ocorrer

- a) quando a coisa arrecadada em poder do falido seja devida em virtude de direito pessoal e estiver desprovida de instrumento contratual.
- b) ainda que a coisa já tenha sido alienada pela massa.
- c) desde que a coisa ainda não tenha sido alienada.
- d) até 15 dias após a decretação da quebra.

2. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) Na falência requerida,

- a) poderá o devedor, no prazo da contestação, pleitear a recuperação judicial.
- b) o devedor deverá apresentar contestação no prazo de 24 horas.
- c) o devedor deverá apresentar contestação no prazo de 15 dias.
- d) poderá o devedor, no prazo da contestação, pleitear a recuperação extrajudicial.

3. (OAB/AL/BA/CE/PE/PB/PI/SE/RN 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) É correto afirmar que

- a) da decisão que decreta a falência ou da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.
- b) da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.
- c) da decisão que decreta a falência cabe apelação, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.
- d) da decisão que decreta a falência ou da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.

4. (OAB/SP 2005.1 – 13.03.2005 - Fundação VUNESP) O mecanismo hábil para que o vendedor recupere, do falido, coisa vendida e entregue nos 15 dias antecedentes ao requerimento da falência, é

- a) o pedido de restituição.
- b) a habilitação de crédito.
- c) a impugnação de crédito.
- d) a reintegração de posse.

5. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) Lei no 11.101/2005, que disciplina a recuperação judicial e extrajudicial, bem como a falência,

- (A) aplica-se aos processos de recuperação judicial desde que não vencidas as obrigações contraídas no âmbito da concordata.
- (B) aplica-se aos processos de falência e concordata ajuizados antes do início de sua vigência.
- (C) aplica-se aos processos de falência ajuizados antes do início de sua vigência apenas em relação aos crimes falimentares.
- (D) não se aplica aos processos de falência e concordata ajuizados antes do início de sua vigência.

6. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) O processo de recuperação judicial aplica-se

- (A) a qualquer tipo de sociedade.
- (B) às sociedades empresárias.
- (C) às sociedades empresárias, inclusive instituições financeiras.
- (D) às sociedades empresárias, inclusive sociedades seguradoras.

7. (OAB/SP N. 127 - 2005.2 – 28.08.2005 - Fundação VUNESP) O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado

- (A) no prazo assinalado pelo Juiz, não superior a 60 (sessenta) dias.
- (B) em Juízo no prazo de 120 (cento e vinte) dias da publicação da decisão do Juiz que deferir o processamento da recuperação judicial.
- (C) em Juízo no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão do Juiz que deferir o processamento da recuperação judicial.
- (D) no prazo assinalado pelo Juiz, não superior a 120 (cento e vinte) dias.

G) QUESTÕES MISTAS**1. (OAB/RN/08.2003) Escolha a letra que corresponde à assertiva correta:**

- a) A legislação vigente determina que a invenção que venha a ser desenvolvida pelo empregado, quando decorrer do contrato de trabalho, pertencerá ao empregador e ao inventor em partes iguais.
- b) A diferença entre firma e denominação é meramente doutrinária, não gozando de qualquer disciplina legal.
- c) Tanto a sociedade limitada como a anônima podem adotar indistintamente a denominação ou firma.
- d) Nenhuma das respostas acima.

2. (OAB/PE 2003.2 – Fundação VUNESP) Escolha a letra que corresponde à assertiva correta.

- a) A legislação vigente determina que a invenção que venha a ser desenvolvida pelo empregado, quando decorrer do contrato de trabalho, pertencerá ao empregador e ao inventor em partes iguais.
- b) A diferença entre firma e denominação é meramente doutrinária, não gozando de qualquer disciplina legal.
- c) Tanto a sociedade limitada como a anônima podem adotar indistintamente a denominação ou firma.
- d) Nenhuma das respostas acima.

3. (OAB/PE 2003.2 – Fundação VUNESP) Qual das assertivas é correta?

- a) O contrato de *leasing* não é típico, pois não possui uma legislação disciplinando as cláusulas indispensáveis para a validade do negócio jurídico.
- b) Quando não há contabilista legalmente habilitado na localidade onde está situada a sede da empresa, o empresário deve ir procurar um na localidade mais próxima.
- c) O DNRC é o órgão competente para autenticar os livros mercantis do empresário.
- d) Os livros mercantis devem ser autenticados após terem sido postos em uso e estarem completos para dar credibilidade às informações nele contidas.

GABARITO

A. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

| | | | | | | |
|-------|-------|--------|--------|--------|--------|-------|
| 1 - C | 2 - C | 3 - B | 4 - A | 5 - C | 6 - B | 7 - D |
| 8 - B | 9 - C | 10 - C | 11 - D | 12 - B | 13 - B | |

B. PROPRIEDADE INDUSTRIAL

| | | | | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1 - B | 2 - D | 3 - D | 4 - C | 5 - C | 6 - C | 7 - B | 8 - D | 9 - D |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|

C. DIREITO SOCIETÁRIO

| | | | | | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1 - D | 2 - D | 3 - B | 4 - C | 5 - C | 6 - A | 7 - A | 8 - D | 9 - D | 10 - C |
| 11 - C | 12 - A | 13 - B | 14 - B | 15 - A | 16 - B | 17 - A | 18 - C | 19 - C | 20 - C |
| 21 - C | 22 - A | 23 - B | 24 - A | 25 - B | 26 - D | 27 - D | 28 - D | 29 - A | 30 - D |
| 31 - B | 32 - B | 33 - B | 34 - D | 35 - C | 36 - D | 37 - A | 38 - B | | |

D. TÍTULOS DE CRÉDITO

| | | | | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| 1 - D | 2 - D | 3 - C | 4 - C | 5 - D | 6 - A | 7 - B | 8 - A | 9 - B |
| 10 - B | 11 - A | 12 - C | 13 - B | 14 - D | 15 - C | 16 - A | 17 - B | |

E. CONTRATOS MERCANTIS

| | | | | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| 1 - B | 2 - D | 3 - A | 4 - D | 5 - A | 6 - A | 7 - D | 8 - D | 9 - D |
| 10 - A | 11 - D | 12 - B | 13 - A | 14 - A | 15 - A | 16 - D | 17 - A | |

F. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL

| | | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1 - B | 2 - A | 3 - B | 4 - A | 5 - D | 6 - B | 7 - C |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|

G. QUESTÕES MISTAS

| | | |
|-------|-------|-------|
| 1 - D | 2 - D | 3 - A |
|-------|-------|-------|